

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
calexa1970@gmail.com

Vetos adiados

Dos 64 vetos presidenciais, 30 foram postergados para uma próxima sessão antes do recesso parlamentar no próximo mês. Um deles é o veto nº 4/2025, que prevê a classificação de Diabetes tipo I como deficiência. Na justificativa do veto, o governo alegou ser uma doença. Segundo os congressistas, um Grupo de Trabalho formado por representantes do Congresso, da Presidência e do Ministério da Saúde vai se debruçar sobre a questão. O GT buscará ainda especialistas para tomar um posicionamento científico em torno do tema.

Oportunidade

O projeto de lei que visa regulamentar os planos de saúde está parado há 18 anos, mas o relator do texto, deputado Duarte Jr. (PSB-MA), conseguiu uma janela de oportunidade com o governo federal. O Executivo promulgou a Medida Provisória 1302/2025 que visa garantir o atendimento na rede privada de pacientes que não consigam vagas pelo SUS. O deputado protocolou 21 emendas, mas a principal é a que visa proibir a rescisão unilateral por parte das operadoras. Na visão do deputado, caso essa emenda seja acatada, será uma grande vitória. A MP pode resolver um dos principais problemas de quem contrata planos de saúde no Brasil.

Conta sensível

A oposição alerta para um ponto sensível da proposta de isenção do Imposto de Renda a quem ganha até R\$ 5 mil mensais: a tributação para a pessoa física (CPF) do que não foi tributado na Pessoa Jurídica (PJ). De acordo com o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), a proposta prevê um limite de tributação de 34% para PJ. Caso não tenha sido cobrado até esse percentual à empresa, a diferença será cobrada no CPF. "Se a empresa foi tributada só em 29%, os outros 5% seriam cobrados na pessoa física. Mas tem um detalhe: CPF só pode pagar até 27,5%, não pode passar disso", alerta.

Solução providencial

O deputado Passarinho afirma que conversou com o relator da proposta, Arthur Lira (PP-AL), e sugeriu que deve haver um detalhamento melhor dessa parte na proposta.

Governo acumula derrotas em série

Duas sessões foram suficientes para o governo sentir o contrapeso do Congresso Nacional. Por 346 votos favoráveis e 98 contrários, a aprovação acachapante do regime de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo que susta o aumento do IOF foi o primeiro golpe contra a pretensão da equipe econômica de ampliar a tributação, ou, nas palavras do governo, "corrigir distorções" no recolhimento de impostos.

Também anunciada há meses, a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o escândalo do INSS abriu um campo minado no Congresso. Ainda que o

atual governo tenha colaborado com a investigação da Polícia Federal e bosque acelerar o ressarcimento às vítimas do esquema bilionário, é certo que a oposição utilizará a CPMI para espicaçar a atual gestão, muitas vezes com a intenção de impressionar o eleitorado nas redes sociais.

Há, ainda, as derrubadas de vetos presidenciais, como ocorreu com a Lei das Eólicas. A decisão de manter dispositivos que, entre outras consequências, devem aumentar a conta de luz do brasileiro é mais uma dor de cabeça para a articulação política do Planalto.



Nova proposta

Antes da sessão do Congresso Nacional, a Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) e o governo chegaram a um acordo sobre o veto que retirava a isenção tributária para fundos de investimento. O acordo foi pela derrubada do veto e o envio da proposta para tramitação na Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse à coluna que o envio do projeto de lei, construído em consenso entre as partes, deve ser enviado ainda nos próximos dias.

Começo de namoro

A federação entre o MDB e o Republicanos vai bem, mas bem "embrionária". Parlamentares dos partidos, em princípio, se dizem a favor, a porta está aberta, e tal. Mas o namoro está só no começo.

Lava-Jato e STF

A Operação Lava-Jato obteve uma vitória no Supremo Tribunal Federal. A 2ª Turma da Corte rejeitou dois recursos apresentados pela defesa de Fernando Cesar Rezende Bregolato. Réu por lavagem de dinheiro na Justiça Federal do Paraná, ele questionou o procedimento de cooperação internacional adotado pelo Ministério Público Federal em 2015. Alegou também prejuízo à defesa, por falta de acesso a arquivos entregues por outros réus que optaram por delação premiada.

Dentro da regra

Relator do processo na 2ª Turma, o ministro Fachin afirmou que os procedimentos investigatórios ocorreram dentro das regras. E que as restrições aos arquivos também valem para o MPF, não havendo, portanto, desequilíbrio entre acusação e defesa. O voto de Fachin foi acompanhado pelos ministros Nunes Marques e André Mendonça. Os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli, severos críticos da Lava-Jato, foram votos vencidos.

Fortes e unidas

Avança a preparação da 5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, marcada para 29 de setembro a 1º de outubro. À frente do ministério e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Márcia Lopes destacou a importância de consolidar iniciativas em favor das brasileiras. Um dos pontos-chaves da mobilização é a realização de conferências livres, preparatórias para o encontro no segundo semestre. Mais informações no link brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/CNPM5

PODER

Lava-Jato: auditor exonerado

Haddad demite servidor da Receita que teria cobrado propina de réus e delatores da força-tarefa em troca de redução ou suspensão de multas. Ele também é apontado como autor de um dossiê com dados pessoais do ministro Gilmar Mendes e da mulher do magistrado

» VANILSON OLIVEIRA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, exonerou ontem o auditor fiscal da Receita Federal (RFB) Marco Aurélio Silva Canal, acusado de chefiar um esquema de cobrança de propina envolvendo investigados da Operação Lava-Jato. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União e encerra, formalmente, a trajetória do funcionário que, segundo as apurações, usou o cargo público para operar um sistema criminoso dentro do órgão.

Servidor de carreira da Receita desde 1995, Marco Aurélio Canal foi preso em outubro de 2019, no âmbito da Operação Armadeira, conduzida por Polícia Federal, Ministério Público Federal (MPF) e Receita. À época, ele ocupava o cargo de supervisor de programação, função que lhe conferia, segundo os autos do processo, acesso a informações sigilosas de investigações fiscais e financeiras, especialmente relacionadas à Lava-Jato.

Segundo os autos, Canal é suspeito de usar dados sigilosos de

Wilton Junior/Estadão



O agora ex-auditor fiscal Marco Aurélio Canal quando foi preso, em 2019

contribuintes investigados para extorquir dinheiro, prometendo em troca a redução ou até o cancelamento de multas aplicadas pela Receita. As propinas eram cobradas diretamente de

empresários e agentes econômicos envolvidos nos desdobramentos da Lava-Jato.

A denúncia que deu origem à investigação partiu da delação premiada de Lelis Teixeira,

Saiba mais

Oito anos sem cargo público

Segundo a portaria publicada ontem, Marco Aurélio Canal foi demitido por "valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da

dignidade da função pública". A dispensa é resultado de um processo administrativo disciplinar. Em decorrência da punição, o auditor não poderá ocupar nenhum outro cargo público pelos próximos oito anos.

ex-presidente da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor). Teixeira afirmou ter pago R\$ 4 milhões a Canal para evitar sanções fiscais e a aplicação de uma multa milionária que estava em curso.

Na época da prisão, Canal tinha remuneração de R\$ 21,8 mil, conforme registros do Portal da Transparência. O cargo dele, além de garantir acesso privilegiado às informações fiscais de centenas de contribuintes, lhe permitia monitorar movimentações financeiras de pessoas físicas e jurídicas ligadas às investigações da Lava-Jato.

Ministro do STF

O servidor também foi apontado como responsável por uma apuração interna, considerada ilegal, contra 133 contribuintes. Entre os alvos dessa investigação sem respaldo institucional, estavam o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e a mulher dele, a advogada Guiomar Feitosa.

Na ocasião, Gilmar Mendes reagiu, enviando um ofício ao então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, classificando a conduta de Canal e dos demais envolvidos como um "abuso de poder" e uma tentativa deliberada de "ataque reputacional". "É evidente que num

Estado de Direito todo cidadão está sujeito a cumprir as obrigações previstas em lei e, consequentemente, está sujeito à regular atuação de fiscalização dos órgãos estatais. O que causa enorme estranhamento e merece pronto repúdio é o abuso de poder por agentes públicos para fins escusos, concretizado por meio de uma estratégia deliberada de ataque reputacional a alvos predeterminados", declarou.

A investigação interna, que não tinha autorização judicial, levou o ministro Alexandre de Moraes, do STF, a determinar a suspensão imediata dos procedimentos e o afastamento dos auditores envolvidos, incluindo Canal. Na decisão, o magistrado destacou que a escolha dos alvos ocorreu "sem critérios objetivos" e com "total ausência de razoáveis indícios de ilicitude", configurando uma grave violação às garantias constitucionais.

Apesar da demissão, os processos criminais contra Canal seguem em andamento. O **Correio** entrou em contato com a Receita Federal e com a defesa do servidor público, mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

RELAÇÕES EXTERIORES

No G7, Lula critica ataques de Israel ao Irã e a Gaza

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou ontem da Cúpula de Chefes de Estado do G7, no Canadá. O bloco reúne sete dos países mais ricos do mundo, além da União Europeia - o líder brasileiro foi convidado a integrar o encontro, durante um telefonema com o primeiro-ministro

canadense, Mark Carney, na semana passada.

Lula discursou em uma sessão da Cúpula que tratou sobre segurança energética e mineração. Criticou os ataques de Israel ao Irã e à Faixa de Gaza e condenou o conflito entre Rússia e Ucrânia, afirmando que nenhum dos lados atingirá seus objetivos pela via militar. "Em Gaza, nada justifica a matança

indiscriminada de milhares de mulheres e crianças e o uso da fome como arma de guerra. Ainda há países que resistem em reconhecer o Estado palestino, o que evidencia sua seletividade na defesa do direito e da justiça", declarou o chefe do Executivo. "Os recentes ataques de Israel ao Irã ameaçam fazer do Oriente Médio um único campo de batalha, com consequências

globais inestimáveis", acrescentou.

O presidente também posou para a foto oficial do G7 com os demais chefes de Estado. Ao seu lado estava justamente Zelensky, com quem não tem boa relação devido ao posicionamento de Lula e do Brasil sobre a guerra entre Ucrânia e Rússia. O presidente ucraniano acusa o brasileiro de adotar posição pró-Rússia no conflito.

Ricardo Stuckert / PR



Lula posa para a foto oficial do G7 com os demais chefes de Estado